

Indicador social da ONU revela três "Brasis"

por Líliliana Enriquetta Lavoratti de Brasília

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apurado pela Organização das Nações Unidas para medir a qualidade de vida e o progresso humano, concluiu que existem três "Brasis". O primeiro, melhor situado, é comparado com os países do Leste europeu; o segundo, intermediário, está no nível da maioria dos vizinhos latino-americanos, e o terceiro é semelhante à África. Na média, o Brasil está entre o Cazaquistão e a Bulgária.

O estágio de desenvolvimento humano do Brasil foi determinado por três indicadores – renda da população, escolaridade e esperança de vida ao nascer, que compõem o IDH, divulgado ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU. Por esse índice, o Brasil chegou em 1991 com 0,797 (o máximo seria 1 e o mínimo 0), considerado um nível intermediário de desenvolvimento humano. Os primeiros colocados em nível internacional são o Canadá e Estados Unidos, com 0,950 e 0,937, respectivamente.

O relatório também mostra profunda transformação no perfil da população brasileira – caracterizada pela redução do peso dos jovens no conjunto dos habitantes e, ao mesmo tempo, pelo aumento do número das pessoas acima de 65 anos. A participação das pessoas abaixo de 15 anos na população cairá de 35% para 24% entre 1990 e 2020, a faixa entre 15 e 65 anos crescerá de 60 para 69% e a faixa acima de 65 anos aumentará de 5 para 8%.

Essas mudanças apontam para a necessidade da reforma do Estado, que terá de se preparar visando melhorar as condições de amparo à velhice – um problema bastante sério hoje. "A combinação do subdesenvolvimento com aumento da população idosa será socialmente muito complexa", diz o documento. Para o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fernando Rezende, dentro deste novo contexto, "é fundamental a reforma da Previdência". O Ipea participou da pesquisa.

No Brasil melhor situado, com IDH acima de 0,8, vive 49,4% da

população. Esse país abrange o Sul e Sudeste – Rio Grande do Sul, mais Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul –, mais o Espírito Santo (pela ordem de classificação). O segundo Brasil inclui sete estados de médio desenvolvimento, com IDH entre 0,7 e 0,8, que são: Amazonas, Amapá, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Roraima e Rondônia. Nesta parte do país vivem 17,3% dos brasileiros.

Outros 33,3% da população vivem no Brasil com os índices mais baixos de desenvolvimento humano. Este "subpaís" abrange o Nordeste inteiro – Sergipe, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhã, Ceará, Piauí, Alagoas e Paraíba –, mais o Acre e Pará. Esses estados têm IDH menor de 0,7. O Tocantins não foi classificado por falta de estatísticas.

Participação na renda		
(Porcentagem)		
	20% mais ricos	50% mais pobres
1960	54	18
1970	62	15
1980	63	14
1990	65	12

Fonte: Relatório Sobre Desenvolvimento Humano no Brasil - 1996/PNUD - Ipea, elaborado a partir de Barros, Mendonça e Duarte, 1995.

Ao divulgar ontem o relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, o embaixador da ONU em Brasília, César Miguel, recorreu a uma frase do presidente Fernando Henrique Cardoso para resumir o conteúdo da pesquisa. "O Brasil não é um país pobre, mas sim um país injusto", disse Miguel, enfatizando a necessidade de o governo combinar desenvolvimento econômico e humano, por meio de políticas sociais adequadas.

Apesar de ter se baseado em dados disponíveis até 1991, o relatório é considerado atual, porque as três variáveis – principalmente longevidade e conhecimento – não apresentaram mudanças significativas nos últimos anos.

O documento estima em 42 milhões o número de pobres no Brasil em 1990, o que corresponde a 30% da população. Eles estão em dois pólos de pobreza: o Nordeste rural e as áreas metropolitanas, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro. Uma família é considerada pobre na pesquisa quando sua renda per capita se situa abaixo da linha da pobreza, ou seja, é insuficiente para adquirir os bens necessários à sobrevivência de seus membros. O número de indigentes, incluído nos 42 milhões, não foi especificado. Na região Norte os pobres são 43% da população total; no Nordeste, 46%, no Sudeste, 23%; no Sul, 20%; e no Centro-Oeste, 25%.

O Brasil registrava em 1990 um dos maiores índices de desigualdade do mundo. Os 20% mais ricos da população detinham 65% da renda total e os 50% mais pobres ficavam com 12%. A renda média dos 10% mais ricos é quase 30 vezes maior que a renda média dos 40% mais pobres, frente a dez vezes na Argentina, cinco vezes na França e 25 vezes no Peru. A parcela da renda apropriada pelos 20% mais ricos cresceu 11 pontos percentuais entre 1960 e 1990, enquanto a dos 50% mais pobres caiu seis pontos e a das classes intermediárias permaneceu quase sem alteração.

A disparidade de renda no Brasil é maior nos estratos superiores da distribuição. Aqui, uma pessoa rica é 3,2 vezes mais rica que alguém da classe média alta. Nos Estados Unidos, esta relação é de 1,4, praticamente igual ao Japão, 1,5. Já a diferença de renda entre as demais camadas sociais é compatível com a verificada no resto do mundo.

Pelos padrões internacionais, o nível educacional brasileiro é intermediário, variando de 0,83 (Distrito Federal e São Paulo) a 0,54 (Alagoas) e 0,57 (Paraíba). Esse índice revela o grau de alfabetização, associado às matrículas combinadas nos três níveis de ensino. O relatório mostra também que os gastos federais com saúde, que no início da década de 80 correspondiam a 12% da receita, chegaram a subir em 1989 para mais de 17%, mas a partir daí caíram e voltaram em 1992 para menos de 12%. O número de habitantes por médico, em 1991, era de 641, variando por regiões.

Estados brasileiros segundo o IDH*

	Classificação segundo				
	Valor do IDH	IDH	PIB per capita	Esperança de vida	Escolaridade
Rio Grande do Sul	0,871	1	4	2	3
Distrito Federal	0,858	2	1	6	1
São Paulo	0,850	3	2	11	2
Santa Catarina	0,842	4	6	5	5
Rio de Janeiro	0,838	5	3	12	4
Paraná	0,827	6	5	10	6
Mato Grosso do Sul	0,826	7	8	7	7
Espírito Santo	0,816	8	9	4	8
Amazonas	0,797	9	7	9	15
Amapá	0,781	10	13	3	10
Minas Gerais	0,779	11	10	13	11
Mato Grosso	0,769	12	11	8	12
Goiás	0,760	13	12	15	9
Roraima	0,749	14	16	1	14
Rondônia	0,715	15	14	17	13
Pará	0,688	16	18	14	16
Acre	0,665	17	17	16	20
Sergipe	0,663	18	15	20	19
Bahia	0,609	19	20	19	21
Pernambuco	0,577	20	21	23	17
Rio Grande do Norte	0,574	21	19	25	18
Maranhão	0,512	22	25	21	22
Ceará	0,506	23	23	22	24
Piauí	0,502	24	26	18	23
Alagoas	0,500	25	22	24	26
Paraíba	0,466	26	24	26	25

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil - 1996/PNUD - Ipea

* Índice de Desenvolvimento Humano

Nota: O IDH de Tocantins não foi calculado, por não se dispor de informações relativas à esperança de vida no estado; situa-se, no entanto, no intervalo 0,5 - 0,6

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

Renda média (Diferencial entre estratos da distribuição)

Razão entre as rendas médias familiar per capita dos:	Brasil	México	Argentina	Estados Unidos	Hungria	Japão
"Pobres" e "extremamente pobres"	2,5	2,4	2,2	2,2	2,0	1,5
"Classe média baixa" e "pobres"	1,9	1,7	1,5	1,5	1,4	1,3
"Classe média" e "classe média baixa"	1,8	1,7	1,5	1,4	1,3	1,3
"Classe média alta" e "classe média"	1,9	1,7	1,4	1,3	1,2	1,3
"Ricos" e "classe média alta"	3,2	2,4	2,3	1,4	1,3	1,5

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil - 1996/PNUD - Ipea

Nota: "Extremamente pobres": estrato 0-20% da distribuição; "pobres": 20%/40%; "classe média baixa": 40%/60%; "classe média": 60%/80%; "classe média alta": 80%/90%; "ricos": 90%/100%.

IDH mede progresso dos países

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida sócio-econômica para determinar o progresso de um país, região ou estado. Seu objetivo é subsidiar os governos na definição de políticas de intervenção.

Longevidade, conhecimento e padrão de vida são os três componentes básicos do desenvolvimento humano, de acordo com o IDH. A longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer; o conhecimento, por uma média entre a taxa

de alfabetização dos adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinamentos fundamental, médio e superior. O padrão de vida é o poder de compra, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local.

A ONU implantou o IDH em 1990 com a premissa de que, embora o desenvolvimento seja um processo no qual se ampliam as oportunidades do ser humano, três condições essenciais estão presentes em todos os níveis de desenvolvimento, sem as quais as demais oportunidades e alternativas não são acessíveis.

Essas condições são as seguintes: desfrutar de uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente. Os dois primeiros componentes – longevidade e nível educacional – são considerados valores em si mesmos e o último como um meio para se atingir outros fins.

Foram calculados índices específicos para diferentes regiões geográficas e estados, que revelam o grau de desenvolvimento humano de cada região (ou estado).

(L.E.L.)

PIB cresce 5,7% até 2010

Cinco trajetórias de crescimento econômico para o Brasil, no período de 1990-2010, foram traçadas pelo Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O cenário mais provável leva em conta um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,5% ao ano entre 1995 e 2000, de 6,4% entre 2000 e 2010 e 5,7% no período 1995-2010.

Por essas projeções, o PIB do País passaria de US\$ 480 bilhões em 1995 (preços de 1990)

para US\$ 1,11 trilhão em 2010 e o PIB per capita cresceria de US\$ 3,1 mil para US\$ 5,9 mil no mesmo período, situando-se, na primeira década do próximo milênio, no mesmo nível do projetado para o mundo.

O caminho que levará o Brasil a alcançar estes indicadores econômicos é marcado por desequilíbrios. É também o resultado ponderado dos outros quatro cenários. A trajetória 1 – batizada como “em busca do tempo perdido” – corresponde à retomada, ainda na década de 90, do crescimento alcançado pelo País entre 1950 e 80, da ordem de 7% ao ano. Ela pressupõe o rápido êxito do programa de estabilização, o avanço do processo de reestruturação produtiva e de revisão constitucional. Em consequência, seriam acelerados o crescimento do PIB e a distribuição de renda, já a partir de 1996. No entanto, a confirmação dessa trajetória é pouco provável a curto e médio prazo.

A trajetória 2 corresponde à volta do quadro de instabilidade e tensão da década de 80. Apesar do Plano Real, a inflação começaria a crescer e seriam necessárias novas tentativas de estabilização, com resultados somente no final dos anos 90. Os processos de transformação produtiva e liberalização da economia evoluem lentamente neste contexto, com recuos ocasionais.

No plano social, as desigualdades de renda e a incidência de pobreza persistem em níveis elevados. A reforma do Estado fica paralisada por indecisão política e o PIB cresce a 5% ao ano. A configuração deste quadro tem pouca chance de ocorrer, embora não seja impossível.

Caminhos de desenvolvimento intermediários caracterizam as trajetórias 3 e 4, com respectivamente 4,1% e 5,1% de crescimento médio do PIB per capita entre 1995 e 2010. A trajetória 3 tende a se aproximar da 2 e a quatro está perto da 1. As condições que definem a concretização de um ou de outro cenário situam-se basicamente nos campos social e político-institucional – pressupondo, portanto, o sucesso das medidas de estabilização e de saneamento das finanças públicas.

Segundo o relatório, um conjunto de fatores sugere que o Brasil se encontra atualmente melhor situado do que no passado para ingressar em novo ciclo de progresso. Inclusive, seus autores acreditam na possibilidade de o País alcançar a igualdade social e reduzir significativamente a pobreza. Esses fatores são a queda da taxa de crescimento da população, as tendências do processo de urbanização, as capacidades empresarial e tecnológica já adquiridas e a dimensão do mercado interno.

(L.E.L.)